



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo 20, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva (Redação)

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da questão discursiva-redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A B C D E
- ler o que se pede na Prova Discursiva (Redação) e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a questão discursiva-redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4h30min para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (Redação) (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Resposta da Prova Discursiva (Redação).
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Agosto/2007

CONHECIMENTOS GERAIS

Instruções: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. *Coerente com a noção de que o pecado marca fundamentalmente a condição humana, como estigma degradante, e que este mundo material é apenas lugar de perdição ou, na melhor das hipóteses, lugar de penas regeneradoras, o pensamento católico medieval insistiu no tema da miséria e da indignidade do homem. Indignidade resultante da Queda, indignidade tornada visceral e que, sozinho, apenas por si mesmo, apenas com suas parcas forças o homem não conseguiria superar, necessitando da ação mediadora da Igreja, de seus clérigos, seus sacramentos. É bem verdade que essa visão pessimista em relação ao homem e à natureza, que lhe propicia ocasiões de pecado ou de esquecimento da necessidade de salvação, encontra seu reverso, na própria Idade Média, no cristianismo de São Francisco de Assis, baseado em pobreza, alegria e amor à natureza enquanto obra belíssima de Deus. Essa é justamente uma das contradições mais fecundas apresentadas pelo universo religioso medieval (contradição muito bem exposta, em forma romaneada, por Umberto Eco, em O nome da rosa). (...) Mas, franciscanismo à parte, a tese que prevalece na Idade Média como concepção “oficial” da Igreja é aquela da degradação do homem em decorrência do pecado original e da natureza como reino da perigosa e tentadora materialidade.*

(PESSANHA, José Américo Motta. Humanismo e pintura. **Artepensamento**. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 30-31)

1. No texto, o autor
- (A) manifesta sua admiração pelo pensamento católico especialmente no que se refere à concepção medieval do pecado.
- (B) defende a idéia de que a verdade acerca da essência do homem e da natureza é encontrada no pensamento religioso medieval.
- (C) julga que a Queda torna inacessível ao ser humano a regeneração plena, a única admitida pela Igreja e seus sacerdotes.
- (D) lança hipóteses a respeito do modo como, nos diferentes períodos em que se divide a história, a humanidade pensou a questão da culpa e do perdão.
- (E) assinala que o pensamento católico medieval concebia a indignidade como inerente à condição humana.

2. O autor, ao referir-se
- (A) à *Queda*, expressa sua convicção íntima de que ela constitui uma força superior e definitivamente intransponível, idéia concretizada pelo uso da letra maiúscula.
- (B) ao *cristianismo de São Francisco de Assis*, considera-o baseado em irrelevantes, o que motivaria a sugestão de ser deixado de lado, como está presente em *franciscanismo à parte*.
- (C) a *Umberto Eco*, cita a fonte de seus comentários acerca da Idade Média e seus costumes, indicando, inclusive, o nome da obra científica em que se apoiou.
- (D) à *concepção “oficial” da Igreja*, confirma a idéia de que existiram, na Idade Média, concepções acerca do homem e da natureza que concorriam entre si.
- (E) à *tese que prevalece na Idade Média*, evidencia, com o termo destacado, o caráter racional da concepção, traço que, em união com o religioso, constitui a contradição citada.

3. Considerado o contexto, está corretamente compreendida a seguinte expressão:
- (A) (linhas 2 e 3) *estigma degradante* = prova inconteste da degradação.
- (B) (linhas 4 e 5) *penas regeneradoras* = sofrimentos que acarretam reabilitação moral.
- (C) (linha 7) *tornada visceral* = transformada em algo repulsivo.
- (D) (linhas 8 e 9) *parcas forças* = vigor físico fortalecido.
- (E) (linha 10) *ação mediadora da Igreja* = ação repressora da Igreja.

4. Considerado o contexto, é correto afirmar:
- (A) A correlação entre *É bem verdade que* e *Mas* (linhas 11 e 21) revela que o autor conhece um fato que poderia contrariar suas afirmações sobre a visão *pessimista* do catolicismo, mas o mantém em segundo plano por reconhecer sua menor influência no mundo medieval.
- (B) O pronome destacado em *este mundo material* (linha 3) mostra que o autor se refere a um espaço de que está absolutamente afastado, de que não partilha de nenhuma forma.
- (C) Na expressão *em relação ao homem e à natureza* (linhas 11 e 12), o acento gráfico indicativo da crase está adequadamente empregado, assim como estaria em “Chegou à fazer todas as contas na hora”.
- (D) O adjetivo destacado em *baseado em pobreza* (linhas 15 e 16) caracteriza *São Francisco de Assis*.
- (E) A conjunção destacada em *enquanto obra belíssima de Deus* (linhas 16 e 17) foi empregada com o mesmo sentido que se nota em “Enquanto era estudante, não tinha tempo para pintar”.

<p>5. Está corretamente indicado o termo a que se refere o pronome destacado em:</p> <p>(A) que <i>lhe propicia ocasiões de pecado</i> (linhas 12 e 13) – <i>verdade</i>.</p> <p>(B) <i>que</i> lhe propicia ocasiões de pecado (linhas 12 e 13) – <i>à natureza</i>.</p> <p>(C) seu <i>reverso</i> (linha 14) – <i>a necessidade de salvação</i>.</p> <p>(D) Essa <i>é justamente uma das contradições mais fecundas</i> (linhas 17 e 18) – <i>a natureza enquanto obra belíssima de Deus</i>.</p> <p>(E) aquela <i>da degradação do homem</i> (linhas 22 e 23) – <i>a tese</i>.</p>	<p>8. A alternativa que apresenta formulação totalmente conforme a norma culta e equivalente à original indicada é:</p> <p>(A) <i>que lhe propicia ocasiões de pecado</i> / que propicia-lhe ocasiões em pecado.</p> <p>(B) <i>(contradição muito bem exposta, em forma romanceada, por Umberto Eco, em O nome da rosa) / excelente contradição exposta, em forma romanceada, por Umberto Eco, em O nome da rosa</i>.</p> <p>(C) <i>Mas, franciscanismo à parte</i> / Contudo, dado que o franciscanismo é excludente.</p> <p>(D) <i>a tese que prevalece na Idade Média como concepção “oficial” da Igreja</i> / a tese reconhecida e aprovada pela Igreja Medieval como a principal.</p> <p>(E) <i>degradação do homem em decorrência do pecado original</i> / rebaixamento da humanidade instigada sucessivamente pela Queda.</p>
<p>6. Considerado o contexto, é correto afirmar:</p> <p>(A) (linhas 5 e 6) Em o pensamento católico medieval insistiu no tema da miséria e da indignidade do homem, a substituição das expressões grifadas pelos adjetivos “miserável” e “humana” mantém o sentido original.</p> <p>(B) (linhas 5 e 6) No segmento <i>insistiu no tema da miséria e da indignidade do homem</i>, a palavra destacada foi empregada para designar especificamente a “situação de extrema necessidade material”.</p> <p>(C) (linha 8) No segmento <i>sozinho, apenas por si mesmo</i>, substituindo a expressão destacada por “só consigo próprio”, o sentido original mantém-se rigorosamente o mesmo.</p> <p>(D) (linhas 12 a 14) Em <i>que lhe propicia ocasiões de pecado ou de esquecimento da necessidade de salvação</i>, a conjunção destacada introduz uma consequência de fato anterior.</p> <p>(E) (linhas 17 a 19) Em <i>Essa é justamente uma das contradições mais fecundas apresentadas pelo universo religioso medieval</i>, o advérbio destacado contribui para a expressão de uma avaliação pessoal do autor.</p>	<p>9. Considerada a norma culta da Língua Portuguesa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o substantivo correspondente ao adjetivo <i>coerente</i> está grafado adequadamente assim: “coerênsia”.</p> <p>(B) o vocábulo <i>estigma</i> está adequadamente separado em sílabas assim: “es- ti- gma”.</p> <p>(C) o encontro destacado em <i>visceral</i> está também presente no vocábulo adequadamente grafado assim: “doscente”.</p> <p>(D) o vocábulo <i>sozinho</i> está convenientemente grafado com a letra “-z-”, mas essa letra não ocorre na grafia adequada de “papeisinhos”.</p> <p>(E) um sinônimo de <i>indignidade</i> está adequadamente grafado assim: “pequenez”.</p>
<p>7. Segmentos do texto foram reescritos. A nova formulação que, considerado o contexto, mantém o sentido original do fragmento indicado e está totalmente clara e correta é:</p> <p>(A) <i>encontra seu reverso, na própria Idade Média, no cristianismo de São Francisco de Assis</i> / conhece o outro lado da moeda, ainda na Idade Média, na vertente franciscana da doutrina cristã.</p> <p>(B) <i>este mundo material é apenas lugar de perdição ou, na melhor das hipóteses, lugar de penas regeneradoras</i> / este mundo material é e tão somente, lugar de perdição ou, quando atinge sua excelência, espaço em que as penas são de natureza a regenerar.</p> <p>(C) <i>o homem não conseguiria superar, necessitando da ação mediadora da Igreja</i> / o homem seria inacessível a superação, e a Igreja que media poderia lhe ser necessária.</p> <p>(D) <i>É bem verdade que essa visão pessimista em relação ao homem e à natureza</i> / É comprovada, por verdadeira, a concepção negativa relacionada a: homem e à natureza.</p> <p>(E) <i>Coerente com a noção de que o pecado marca fundamentalmente a condição humana</i> / Simultaneamente com a idéia que o pecado consolida o fundamento da condição humana.</p>	<p><i>É bem verdade que essa visão pessimista em relação ao homem e à natureza, que lhe propicia ocasiões de pecado ou de esquecimento da necessidade de salvação, encontra seu reverso, na própria Idade Média...</i></p> <p>10. Considerado o contexto, o uso da forma destacada no período acima exemplifica o emprego desse tempo e modo verbais para</p> <p>(A) enunciar um fato atual, isto é, que ocorre no momento em que se fala, como em “Agora o piso está limpo”.</p> <p>(B) indicar ação considerada duradoura, convicção obtida pela observação da realidade, como em “A Terra gira em torno do próprio eixo”.</p> <p>(C) expressar uma ação habitual ou uma faculdade do sujeito, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala, como em “Tomo pouco café”.</p> <p>(D) dar vivacidade a fatos ocorridos no passado, como em “É em 1856 que Machado de Assis entra para a Imprensa Nacional, como aprendiz de tipógrafo”.</p> <p>(E) marcar um fato futuro, mas próximo, como em “Amanhã mesmo trago de volta seu livro”.</p>

11. *Por mais desacreditado que esteja este conceito, nada encapsula tão bem o caráter nacional dos povos quanto o senso de humor de cada qual – ou sua falta. Pode-se, assim, dividir o mundo em duas categorias de nações, a saber, aquelas que são capazes de zombar de si mesmas, e aquelas avessas a qualquer autocrítica zombeteira.*

(ASCHER, Nelson. Você já ouviu a última? **Folha de S. Paulo**, E-8 ilustrada, 18 de junho de 2007)

As idéias expressas no texto acima estão preservadas, em redação clara e correta, em:

- (A) É um tipo de paradigma o conceito, por mais que não se desacredite muito dele, que o senso de humor pode englobar o caráter dos povos, mesmo quando faltam; dessa forma, o mundo dividir-se-ia em categoria “capazes de zombar” e “avessas a autocrítica zombeteira”.
- (B) A presença ou falta de senso de humor delinea a natureza dos povos, cada um de per si, e pode dividir o mundo para categorias que zombam, ou não, das próprias nações, mesmo considerando o conceito meio desacreditado.
- (C) O mundo pode ser pensado sob dois tipos de rubrica – nações capazes e nações incapazes de auto-ironia –, ainda que não se esteja mais levando muito a sério a idéia de que o senso de humor é o traço mais consistente para a compreensão do caráter nacional dos povos.
- (D) É concebível a seguinte divisão: nações que zombam de si mesmas e, às avessas, não zombam; mesmo não digno de crédito, o conceito dá conta do caráter nacional dos povos muito bem, a partir do senso de humor, mesmo quando chega a faltar.
- (E) Nações que são capazes de zombar de si mesmas e as que não têm crítica voltada a si são os dois tipos que o mundo pode ser dividido, tudo considerando, mesmo sem muito crédito, o senso de humor de cada uma e às avessas sua falta.

Instruções: As questões de números 12 a 17 referem-se ao texto abaixo.

- 1. *Certos candidatos a deputado ornaram com um retrato o seu prospecto eleitoral. Isto equivale a supor que a fotografia possui um poder de conversão. Para começar, a efígie do candidato estabelece um elo pessoal entre ele e seus eleitores; o candidato não propõe apenas um programa, mas também um clima físico, um conjunto de opções cotidianas expressas numa morfologia, num modo de vestir, numa pose.*
O que é exposto, através da fotografia do candidato,
- 10. *não são seus projetos, são suas motivações, todas as circunstâncias familiares, mentais, e até eróticas, todo um estilo de vida de que ele é, simultaneamente, o produto, o exemplo, e a isca. É óbvio que aquilo que a maior parte dos nossos candidatos propõe através de sua efígie é uma*
- 15. *posição social, o conforto especular das normas familiares, jurídicas, religiosas, ou seja, aquilo a que se chama “uma*

- ideologia”. Naturalmente, o uso da fotografia eleitoral supõe uma cumplicidade: a foto é espelho, ela oferece o familiar, o conhecido, propõe ao eleitor a sua própria efígie, clarificada, magnificada, imponentemente elevada à condição de tipo. É, aliás, esta ampliação valorativa que define exatamente a fotogenia: ela exprime o eleitor e, simultaneamente, transforma-o num herói; ele é convidado a eleger-se a si mesmo, incumbindo o mandato que vai conceder de uma verdadeira transferência física: delega de algum modo a sua “raça”.*

(Adaptado de BARTHES, Roland. Fotogenia eleitoral. **Mitologias**. 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1978, p. 102-103.)

- 12. Compreende-se corretamente do texto que
 - (A) as fotos dos candidatos nos folhetos de propaganda eleitoral desempenham papel significativo no convencimento do leitor quanto a quem dar o seu voto.
 - (B) um candidato precisa estabelecer elo pessoal com seus eleitores e o faz não só pela garantia de atendimento às necessidades específicas de cada um, mas, também, por meio de uma foto, que evita possíveis enganos na hora do voto.
 - (C) poucos candidatos a cargos eletivos colocam suas fotos nos santinhos que veiculam suas propostas, e o fazem como mero ornamento, visto que a imagem nada traduz de seus projetos.
 - (D) imagens de seu cotidiano familiar distribuídas entre o eleitorado constituem o primeiro passo que um político deve dar para estabelecer sólido vínculo pessoal com o eleitor.
 - (E) a associação entre projetos sociais e imagens do candidato que os elaborou é arma de que os políticos se valem quando desejam converter para si os votos já prometidos a outros.

- 13. É correto afirmar que, no segundo parágrafo, o autor expressa a seguinte idéia:
 - (A) a exposição da intimidade de um candidato pode delinear eficazmente seu modo de vida, estilo que deixará entrever, mais do que os projetos, a atuação parlamentar posterior.
 - (B) entendendo-se que o homem é resultado direto das circunstâncias que o rodeiam, é possível ao eleitor detectar numa foto bem realizada o verdadeiro perfil de alguém que se apresenta como candidato.
 - (C) numa foto, o candidato busca seduzir apresentando-se como símbolo de um certo tipo de comportamento (do mais íntimo ao mais público) a ser imitado pelo eleitor.
 - (D) para difundir uma ideologia, é necessário desfrutar de uma posição social privilegiada, que seja entendida pelo eleitor como reflexo de respeito a todas as normas que organizam a vida em sociedade.
 - (E) grande parte dos candidatos a cargos eletivos se apresenta como guardião de um grupo social de prestígio, que, por isso mesmo, merece ser tomado como exemplo.

Naturalmente, o uso da fotografia eleitoral supõe uma cumplicidade: a foto é espelho, ela oferece o familiar, o conhecido, propõe ao eleitor a sua própria efígie, clarificada, magnificada, imponentemente elevada à condição de tipo. É, aliás, esta ampliação valorativa que define exatamente a fotogenia: ela exprime o eleitor e, simultaneamente, transforma-o num herói; ele é convidado a eleger-se a si mesmo, incumbindo o mandato que vai conceder de uma verdadeira transferência física: delega de algum modo a sua “raça”.

14. No fragmento acima, o autor, ao

- (A) empregar o advérbio *Naturalmente*, manifesta sua concordância com a prática corriqueira do uso eleitoreiro da fotografia do candidato.
- (B) fazer menção ao *espelho*, deixa entrever que o leitor é levado a se identificar com o retrato do candidato, vendo a si próprio de maneira engrandecida.
- (C) referir-se a *cumplicidade*, deixa claro que, em épocas de eleição, os conchavos entre candidatos e eleitores são conscientemente aceitos por estes últimos.
- (D) usar a construção *imponentemente elevada à condição de tipo*, denuncia que a imponência da foto mascara a desconsideração que o candidato tem pelo eleitor comum.
- (E) aludir a *herói*, afirma sua convicção de que esse termo só pode ser aplicado àqueles que se elegem por si mesmos, sem transferir para uma foto traços que não lhe são próprios.

15. Considerado sempre o contexto, é correto afirmar:

- (A) (linhas 5 e 6) Em *o candidato não propõe apenas um programa, mas também um clima físico ...*, uma idéia de adição é expressa por meio da correlação entre *não apenas e mas também*.
- (B) (linha 10) Em *não são seus projetos, são suas motivações*, o segmento grifado expressa idéia de finalidade.
- (C) (linhas 11 a 13) Uma redação equivalente a *todo um estilo de vida de que ele é, simultaneamente, o produto, o exemplo, e a isca* está correta assim: “todo um estilo de vida cujo o produto é ele, como exemplo e isca”.
- (D) (linha 16) A locução *ou seja* introduz uma retificação, constituída por idéia oposta ao pensamento desenvolvido no período.
- (E) (linhas 16, 17 e 26) Tanto em “uma ideologia” quanto em “raça”, as aspas indicam que as palavras devem ser entendidas rigorosamente em seu sentido próprio.

16. Consideradas as ocorrências citadas e o contexto, é correto afirmar:

- (A) (linhas 18 e 22) Os dois-pontos, nas duas passagens, servem para anunciar uma citação, palavras de outro autor.
- (B) (linhas 11 e 12) Em *todo um estilo de vida de que ele é, simultaneamente, o produto...*, o segmento grifado pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por “da qual”.
- (C) (linhas 18 e 19) Se a idéia expressa em *a foto (...)* *propõe ao eleitor a sua própria efígie* fosse considerada uma hipótese, a forma verbal a ser usada de modo adequado seria “proposse”.
- (D) (linha 24) A forma *eleger-se a si mesmo* indica que aquele que faz a ação é o mesmo que a recebe, e a *si mesmo* repete a informação dada pelo pronome se.
- (E) (linhas 24 e 25) A locução *vai conceder* foi empregada para expressar idéia hipotética, pouco provável de se realizar.

17. Frases do texto receberam nova pontuação. A frase que está pontuada em conformidade com a norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) Certos candidatos a deputado, ornam com um retrato, o seu prospecto eleitoral.
- (B) Para começar: a efígie do candidato estabelece um elo, pessoal – entre ele, e seus eleitores.
- (C) O que é exposto através da fotografia do candidato não são seus projetos.
- (D) É óbvio: que aquilo que a maior parte dos nossos candidatos propõe, através de sua efígie é uma posição social.
- (E) É aliás, esta ampliação valorativa que define – exatamente – a fotogenia.

18. A frase que está totalmente em conformidade com a norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) Gostaria de saber de Vossa Excelência, Senhor Ministro, se estará amanhã em vosso gabinete para que possamos marcar a prometida entrevista com a imprensa.
- (B) O assessor não para de reclamar das reivindicações daqueles três artistas, pois entende que seus trabalhos não têm nada haver com o projeto anunciado.
- (C) Sua eficiência para coordenar grupos de trabalho era conhecida e já tinha sido posta a prova muitas vezes, mas na semana passada não pode ser ratificada: não houve reunião.
- (D) Sempre disponível em ajudar a quem precisa, começou a levantar fundos de auxílio aos flagelados, mas sua intensão não bastou: quase ninguém quiz colaborar.
- (E) Ninguém poderia adivinhar que aquele adolescente conhecido por sua timidez, e por vezes mal entendido, fosse capaz de atingir aquele nível de compreensão da pesquisa.

<p>19. A frase em que as duas formas destacadas estão empregadas de acordo com a norma padrão é:</p> <p>(A) Esperamos que ele <u>continui</u> a prestar auxílio àquele grupo de <u>guardas-civís</u> envolvidos no projeto de atendimento à população desabrigada.</p> <p>(B) Há muitos <u>vices</u> na política e não sei a quantos esse projeto de lei é capaz de <u>satisfazer</u>, motivo pelo qual não arrisco nenhum palpite sobre os entraves que encontrará.</p> <p>(C) É este documento que <u>contem</u> os dados mais expressivos sobre a produção daqueles <u>curta-metragens</u>.</p> <p>(D) Todos os componentes do grupo <u>creem</u> que terão sucesso, pois têm nas mãos <u>abaixo-assinados</u> que legitimam suas solicitações.</p> <p>(E) Como faz a maioria dos <u>cidadãos</u>, ao atingir a idade prevista na lei, <u>requis</u> sua aposentadoria, mas parece ter havido algum problema.</p>	<p>22. Se Rodolfo é mais alto que Guilherme, então Heloisa e Flávia têm a mesma altura. Se Heloisa e Flávia têm a mesma altura, então Alexandre é mais baixo que Guilherme. Se Alexandre é mais baixo que Guilherme, então Rodolfo é mais alto que Heloisa. Ora, Rodolfo não é mais alto que Heloisa. Logo:</p> <p>(A) Rodolfo não é mais alto que Guilherme, e Heloisa e Flávia não têm a mesma altura.</p> <p>(B) Rodolfo é mais alto que Guilherme, e Heloisa e Flávia têm a mesma altura.</p> <p>(C) Rodolfo não é mais alto que Flávia, e Alexandre é mais baixo que Guilherme.</p> <p>(D) Rodolfo e Alexandre são mais baixos que Guilherme.</p> <p>(E) Rodolfo é mais alto que Guilherme, e Alexandre é mais baixo que Heloisa.</p>
<p>20. A frase em que a concordância está totalmente em conformidade com a norma padrão é:</p> <p>(A) Acredito que a preparação daqueles detalhados relatórios, no prazo de apenas duas semanas, não são viáveis, mas, de nossa parte, todos os esforços serão feitos.</p> <p>(B) Seu trabalho era tão criativo e tão minucioso que deixava deslumbrado, sempre, sem exceção, os que tinham a sorte de conhecê-lo.</p> <p>(C) Acho que devem fazer uns dez dias que não o vejo, mas circula por aí muitas notícias de que ele está se dando bem no novo emprego.</p> <p>(D) Podem existir muitas diferenças entre eles, mas não têm ocorrido desentendimentos significativos no encaminhamento do processo.</p> <p>(E) Ele cita em seu texto todos os artigos que um grande especialista no assunto afirma ser necessário para fundamentar uma sentença decisiva.</p>	<p>23. Em relação à disposição numérica seguinte, assinale a alternativa que preenche a vaga assinalada pela interrogação:</p> <p style="text-align: center;">2 8 5 6 8 ? 11</p> <p>(A) 1</p> <p>(B) 4</p> <p>(C) 3</p> <p>(D) 29</p> <p>(E) 42</p>
<p>21. Algum A é B. Todo A é C. Logo</p> <p>(A) algum D é A.</p> <p>(B) todo B é C.</p> <p>(C) todo C é A.</p> <p>(D) todo B é A.</p> <p>(E) algum B é C.</p>	<p>24. Se "Alguns poetas são nefelibatas" e "Todos os nefelibatas são melancólicos", então, necessariamente:</p> <p>(A) Todo melancólico é nefelibata.</p> <p>(B) Todo nefelibata é poeta.</p> <p>(C) Algum poeta é melancólico.</p> <p>(D) Nenhum melancólico é poeta.</p> <p>(E) Nenhum poeta não é melancólico.</p> <p>25. Considerando "todo livro é instrutivo" uma proposição verdadeira, é correto inferir que</p> <p>(A) "nenhum livro é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.</p> <p>(B) "algum livro não é instrutivo" é uma proposição verdadeira ou falsa.</p> <p>(C) "algum livro é instrutivo" é uma proposição verdadeira ou falsa.</p> <p>(D) "algum livro é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.</p> <p>(E) "algum livro não é instrutivo" é uma proposição necessariamente verdadeira.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Mário, servidor público federal estável, teve invalidada a sua demissão por decisão judicial, fazendo jus a ser reinvestido no cargo que anteriormente ocupava. Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será

- (A) readaptado ao cargo de origem, com direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (B) reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (C) obrigatoriamente posto em disponibilidade, não sendo permitida sua reversão ao cargo de origem, por expressa vedação legal.
- (D) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- (E) revertido ao cargo de origem, com direito à indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

27. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Mário, servidor público federal estável, foi promovido.
- II. Joana, servidora pública federal estável, tomou posse em outro cargo inacumulável.
- III. Dora foi nomeada para o cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
- IV. João, servidor público federal estável, foi compulsoriamente aposentado.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, ocorrerá a vacância de cargo público APENAS nas hipóteses indicadas em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

28. Mário, servidor público federal estável, encontrava-se com muitas atribuições decorrentes do cargo público que ocupa. Tendo em vista que viajaria no feriado com sua noiva para a cidade do Guarujá resolveu repartir as atribuições de sua responsabilidade com pessoas estranhas à repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considerando que Mário possui bons antecedentes e que sua atitude não resultou prejuízos ao erário, ele

- (A) não estará sujeito a qualquer penalidade, por expressa disposição legal.
- (B) estará sujeito a penalidade de suspensão de até 120 dias.
- (C) estará sujeito a penalidade de suspensão de até 60 dias.
- (D) estará sujeito a penalidade de suspensão de até 30 dias.
- (E) estará sujeito a penalidade de advertência escrita.

29. Joana, servidora pública federal estável, foi demitida por ter aplicado irregularmente dinheiro público. Neste caso, segundo a Lei nº 8.112/90, Joana

- (A) estará incompatibilizada para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.
- (B) não poderá retornar ao serviço público federal, por expressa disposição legal.
- (C) estará incompatibilizada para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de dez anos.
- (D) poderá retornar ao serviço público federal, desde que preencha as condições legais necessárias ao exercício do novo cargo, não havendo prazo de incompatibilização.
- (E) estará incompatibilizada para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de três anos.

30. Para a Lei nº 8.112/90, entende-se por inassiduidade habitual a

- (A) ausência intencional do servidor ao serviço por mais de noventa dias consecutivos.
- (B) ausência intencional do servidor ao serviço por mais de cento e vinte dias consecutivos.
- (C) falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- (D) falta ao serviço, sem causa justificada, por noventa dias, interpoladamente, durante o período de vinte e quatro meses.
- (E) falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

31. Considere as seguintes assertivas a respeito da revisão do processo administrativo disciplinar:

- I. O processo disciplinar poderá ser revisto no prazo improrrogável de cinco anos, quando se aduzirem fatos novos suscetíveis de justificar a inocência do punido.
- II. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.
- III. A revisão do processo poderá resultar agravamento de penalidade, em razão da avaliação das novas provas que serão produzidas.
- IV. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente, sendo que, na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

<p>32. De acordo com a Lei nº 8.112/90, com relação ao estágio probatório é correto afirmar que</p> <p>(A) o servidor em estágio probatório não poderá exercer quaisquer funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.</p> <p>(B) o servidor em estágio probatório não poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão, por expressa vedação legal.</p> <p>(C) a avaliação do desempenho do servidor, seis meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente.</p> <p>(D) em regra, o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.</p> <p>(E) o estágio probatório não ficará suspenso na hipótese de participação em curso de formação, por expressa determinação legal.</p>	<p>35. Considere as seguintes assertivas a respeito do processo administrativo disciplinar:</p> <p>I. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de cinco servidores estáveis designados pela autoridade competente.</p> <p>II. O Presidente da comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.</p> <p>III. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.</p> <p>IV. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá noventa dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo.</p> <p>De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>33. Mário, servidor público federal estável, está acumulando ilegalmente cargos públicos. Detectada a acumulação ilegal, em regra, a autoridade competente notificará o servidor</p> <p>(A) através de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência.</p> <p>(B) pessoalmente, para apresentar opção no prazo improrrogável de trinta dias, contados da data da ciência.</p> <p>(C) da imediata abertura de processo administrativo disciplinar que adotará procedimento ordinário para apuração e regularização da infração.</p> <p>(D) da imediata abertura de processo administrativo disciplinar que adotará procedimento sumaríssimo para apuração e regularização da infração.</p> <p>(E) através de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, contados da data da ciência.</p>	<p>36. Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público serão submetidos à avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade e somente serão estáveis após</p> <p>(A) 01 ano de efetivo exercício.</p> <p>(B) 02 anos de efetivo exercício.</p> <p>(C) 03 anos de efetivo exercício.</p> <p>(D) 04 anos de efetivo exercício.</p> <p>(E) 05 anos de efetivo exercício.</p>
<p>34. Segundo a Lei nº 8.112/90, em regra, as penalidades disciplinares nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias serão aplicadas</p> <p>(A) pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo competente e outras autoridades, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos.</p> <p>(B) pelo Presidente do Tribunal Regional Federal competente e outras autoridades, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos.</p> <p>(C) pelo Presidente da República, exclusivamente.</p> <p>(D) pelo Procurador-Geral da República, exclusivamente.</p> <p>(E) pelo chefe da repartição e outras autoridades, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos.</p>	<p>37. Considere as seguintes assertivas sobre os Estados Federados e Municípios:</p> <p>I. O número de Vereadores nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes será no mínimo de quarenta e dois e no máximo de cinquenta e cinco.</p> <p>II. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.</p> <p>III. Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.</p> <p>IV. Em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal de 1988 está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>

<p>38. No que concerne aos direitos individuais e coletivos, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que</p> <p>(A) não haverá em nenhuma hipótese penas de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.</p> <p>(B) o Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, mesmo que tenha manifestado adesão quando de sua criação.</p> <p>(C) conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.</p> <p>(D) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ainda que lhes seja mais favorável a lei pessoal do <i>de cuius</i>.</p> <p>(E) os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.</p>	<p>41. NÃO é considerado um dos direitos sociais expressamente previstos pela Constituição Federal de 1988 o direito</p> <p>(A) de propriedade.</p> <p>(B) à saúde.</p> <p>(C) ao lazer.</p> <p>(D) à segurança.</p> <p>(E) à proteção à maternidade e à infância.</p>
<p>39. No que concerne ao Presidente e ao Vice-Presidente da República é certo que,</p> <p>(A) vagando ambos os cargos no curso do mandato e realizada nova eleição, os eleitos terão mandato integral de quatro anos.</p> <p>(B) vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do período presidencial, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.</p> <p>(C) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.</p> <p>(E) ocorrendo a vacância de ambos os cargos nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei.</p>	<p>42. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originalmente,</p> <p>(A) os membros do Tribunal de Contas da União nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.</p> <p>(B) o Procurador-Geral da República nas infrações penais comuns.</p> <p>(C) os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais, nos crimes comuns e nos de responsabilidade.</p> <p>(D) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(E) os chefes de missão diplomática de caráter permanente nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.</p>
<p>40. No que concerne ao Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:</p> <p>(A) É composto por onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.</p> <p>(B) Compete-lhe processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras.</p> <p>(C) Compete-lhe processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.</p> <p>(D) Os seus Ministros são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>(E) Compete-lhe processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.</p>	<p>43. No que se refere à Administração Pública é correto afirmar que</p> <p>(A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.</p> <p>(B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.</p> <p>(C) é assegurada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.</p> <p>(D) somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de sociedade de economia mista, mas sua participação em empresa privada independe de autorização legislativa.</p> <p>(E) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.</p> <p>44. Os Deputados e Senadores NÃO poderão, desde a expedição do diploma,</p> <p>(A) patrocinar causa em que seja interessada autarquia ou empresa pública federal.</p> <p>(B) ser diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.</p> <p>(C) firmar ou manter contrato com empresa concessionária de serviço público, mesmo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.</p> <p>(D) exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis <i>ad nutum</i>, em empresa pública federal.</p> <p>(E) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.</p>

<p>45. Considere as seguintes assertivas sobre o processo legislativo:</p> <p>I. Nos casos em que o veto do Presidente da República não for mantido pelos Deputados e Senadores, se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, após receber novamente o projeto, o Presidente do Senado a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Presidente da Câmara dos Deputados fazê-lo.</p> <p>II. Se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.</p> <p>III. O veto do Presidente da República a projeto de lei será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria simples dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.</p> <p>IV. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>47. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura</p> <p>(A) condescendência criminosa.</p> <p>(B) crime de corrupção passiva.</p> <p>(C) crime de corrupção ativa.</p> <p>(D) crime de concussão.</p> <p>(E) infração administrativa, apenas.</p>
<p>46. Sobre o crime de PECULATO, considere:</p> <p>I. é crime que exige a qualidade de funcionário público do autor, ressalvada a hipótese de co-autoria.</p> <p>II. a apropriação ou o desvio pode ter como objeto bem imóvel.</p> <p>III. caracteriza-se pela apropriação ou desvio de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel.</p> <p>IV. configura-se somente se a apropriação for de bem público.</p> <p>V. não se caracteriza se a apropriação ou o desvio for de bem particular.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) III, IV e V.</p> <p>(E) IV e V.</p>	<p>48. Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, ele comete crime de</p> <p>(A) excesso de exação.</p> <p>(B) corrupção passiva.</p> <p>(C) corrupção ativa.</p> <p>(D) peculato.</p> <p>(E) prevaricação.</p> <p>49. "A" entrou no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais. Sua conduta</p> <p>(A) configura crime de concussão.</p> <p>(B) configura crime de peculato.</p> <p>(C) configura o crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.</p> <p>(D) não caracteriza infração penal.</p> <p>(E) não caracteriza infração penal, mas ele não receberá o salário até que satisfaça as exigências legais.</p> <p>50. Na hipótese de peculato culposo, a reparação do dano depois da sentença irrecorrível implica na</p> <p>(A) suspensão da pena.</p> <p>(B) redução de três quintos da pena imposta.</p> <p>(C) exclusão da antijuricidade.</p> <p>(D) extinção da punibilidade.</p> <p>(E) redução de metade da pena imposta.</p>

